

## **Consulta Pública do Plano Nacional de Prevenção Integrada de Fogos Rurais**

### **Participação da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza**

#### **Apreciação geral – alguns princípios orientadores positivos, outros negativos, mas muito vago**

O Plano Nacional de Prevenção Integrada de Fogos Rurais, agora em consulta pública, analisa vários aspetos importantes, como a governação, a qualificação e a comunicação, e é de realçar a relevância dada à articulação e cooperação entre os vários atores, nomeadamente as organizações não-governamentais e a população. O foco na formação é igualmente fundamental, tarefa que pode ser bastante facilitada na atual época que se augura como sendo do conhecimento e das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Apesar destes aspetos positivos o plano é excessivamente vago em relação aos seguintes pontos:

- Fala-se muito da gestão de combustível, das paisagens em mosaico e da redução das ignições voluntárias (queimadas), mas não se concretiza como;
- Refere-se o potencial endógeno subaproveitado (Estratégia, pag 50), o que pode pressupor ir de encontro à valorização do território e das pessoas, mas sem uma concretização mais objetiva das medidas e o efeito prático pode ser na realidade o oposto;
- "*Cuidar dos espaços rurais*" (Estratégia, pag 51) – mais uma vez sem se concretizar o que se entende por cuidar, este princípio pode ser totalmente desvirtuado;
- "*Modificar comportamentos*" – na Estratégia apenas se refere condicionar o uso do fogo em função de condições meteorológicas, mas é preciso ir muito mais além, desincentivar e mesmo proibir o uso do fogo e um forte investimento nas alternativas, tratando os sobrantes lenhosos de forma mais sensata com destaque para a trituração, a compostagem dos sobrantes mais finos, e o encaminhamento dos sobrantes mais grossos para lenha/biomassa;
- "*Condicionamento da pecuária extensiva e gestão das pastagens e uso correto do fogo*" (Estratégia, pag 54 (OB1.3) – O pastoreio excessivo é de facto destruidor da paisagem e dos solos, contudo, a pecuária extensiva com encabeçamentos corretos pode ter efeitos positivos na conservação dos ecossistemas e na prevenção dos fogos rurais. Por isso, a Quercus espera que este ponto não seja um pretexto para encorajar a pecuária intensiva, mas antes uma mudança para práticas pecuárias mais sustentáveis, como a extensiva e a biológica e uma mudança de hábitos alimentares aproximando-os do território (os produtos endógenos, a

sazonalidade, capacidade produtiva...) ou seja, promovendo a dieta mediterrânica. Numa perspetiva regenerativa não há “*uso correto do fogo*”, por pura e simplesmente o fogo não deve ser de todo utilizado! O máximo de biomassa deve ser incorporada no solo favorecendo os processos naturais de fixação/sequestro de carbono no solo;

- “*Redução do arvoredo e fomento de agro-florestas*” (Estratégia, pag. 55 (OB2.1) são princípios contraditórios, pelo que na redação final deve cair o princípio de “*redução de arvoredo*” ou esta ser limitada a situações muito particulares, onde efetivamente se comprove que existe um claro excesso de arvoredo, nomeadamente de espécies exóticas;

Em resumo, apesar de vago e de conter muitos princípios orientadores positivos, merecem apreensão alguns princípios que pressupõem manter as práticas anteriores de desmatção e uso do fogo, o que na realidade significa perpetuar a degradação do nosso território e da nossa biodiversidade.

### **Questão de fundo - De uma cultura arborizada, de desmatção generalizada e do fogo para uma cultura de renaturalização e de reaproximação à Natureza**

Só uma cultura de respeito pela natureza, pelas árvores ... no fundo, pela vida, em vez da cultura dominante e espelhada na legislação e, pior ainda, na interpretação abusiva que tornou a destruição da vegetação em geral e banalizou o abate de árvores é que será possível diminuir a nossa vulnerabilidade às alterações climáticas, nomeadamente secas severas, e por sua vez a incêndios incontroláveis. Sem floresta e vegetação adequada não temos chuva!

Reduzir a vulnerabilidade do nosso país aos fenómenos climáticos extremos e reduzir as ignições, são objetivos estruturantes. A grande questão será: como alcançar estes objetivos?

### **Contributos para a avaliação honesta da atual situação**

Para o exercício de reunir o máximo consenso sobre como alcançar estes objetivos é indispensável fazer uma avaliação honesta do nosso estado de crise e aprender com as lições de outros países e regiões que enfrentam fenómenos semelhantes, em particular a Califórnia (EUA) e a Austrália, assim como aprender as lições com as medidas tomadas até ao momento e dos casos exemplificativos de preservação de pessoas e bens face aos incêndios em Portugal.

No caso da Califórnia - EUA juntam-se a monocultura de pinheiro (planta muito inflamável) com uso intensivo do herbicida glifosato (que inibe crescimento de árvores caducas, mais sensíveis ao herbicida do que as coníferas) e a desmatção de extensas faixas e conseqüente proliferação de uma planta herbácea nativa da Europa, o bromo ou bromo-vassoura (*Bromus tectorum*) que encontrou assim as condições favoráveis para se tornar invasora e já domina milhões de hectares no território noroeste da Califórnia, encurtando o ciclo de fogo de 20 a 50 anos para 3 a 7 anos e provoca uma propagação do fogo 10x mais depressa! A principal causa dos fogos recentes na Califórnia é a manutenção insuficiente das torres de linhas de alta tensão. Sucessivos fogos/mortos atribuídos à elétrica PG&E, principal fornecedora de eletricidade e gás na Califórnia, obrigaram-na a pagar 11 biliões de dólares em indemnizações.

Os danos dos incêndios aumentam significativamente devido à expansão urbana para as áreas florestais de monocultura! Na Califórnia há uma experiência de cerca de 100 anos de que a estratégia de limpezas agressivas da vegetação não funciona!

Já o caso da Austrália é muito particular, e relaciona-se com o facto da vegetação natural ser muito inflamável a haver a expansão urbana em florestas. Não obstante as mortes e danos sofridos em grandes incêndios a expansão urbana continua em áreas desaconselhadas!

Em Portugal, a mesma aposta em desmatção/controlo de vegetação, enquanto a área de eucalipto aumenta, tem agudizado o problema. Uma intensificação da desmatção motivada pela determinação política consubstanciada pelo Decreto-Lei n.º 10/2018, que pretendeu clarificar “... os critérios aplicáveis à gestão de combustível nas faixas secundárias de gestão de combustível no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios”, e o pânico instalado no país, agravado pela comunicação inadequada do governo e interpretação abusiva da lei por várias entidades responsáveis, numa população onde ainda predomina uma cultura do fogo (fogueiras e queimadas), criaram semidesertos à volta das aldeias e habitações, pelo que a vegetação herbácea e arbustiva (como as silvas e giestas) volta a crescer com maior vigor na ausência do ensombramento das copas das árvores. Especialista da UTAD, Eng.º Sande Silva, alerta em artigo publicado no SOL, que este ciclo vicioso irá agravar-se no médio-longo prazo se nada for feito!

Por outro lado, o quadro legal relativo ao uso de pesticidas, a Lei n.º 26/2013 de 11 de abril, que transpõe a diretiva 2009/128/CE sobre o uso sustentável dos pesticidas pretende que o uso dos pesticidas seja um último recurso (n.º 1, art.º 1º) mas a maior exigência na desmatção está a conduzir a uma situação oposta e a estimular o uso de herbicidas e de mais queimadas nas áreas desflorestadas, quer pelos proprietários, quer pelas autarquias, pela incapacidade de meios e recursos para as manter! De referir que a abordagem sem herbicidas implica a renaturalização e o uso plantas para abafar outras plantas, de modo a reduzir custos na manutenção das áreas! Estamos pois perante uma incompatibilidade legal. Apesar de grandes impactes que se têm registado, fruto de incêndios rurais de grandes dimensões, continuam a verificar-se vários incumprimento da legislação já existente que obriga a deixar distâncias dos eucaliptos às estradas e às linhas de água

Pela positiva, merece destaque o exemplo da Ferraria de S. João, uma aldeia de xisto no concelho de Penela, que esteve ameaçada da destruição pelo grande incêndio de Pedrógão Grande que já lavrava há mais de uma semana. Após horas de luta dos habitantes e com a ajuda de uma faixa de sobreiros, ficou a salvo. Cansados dos incêndios incontroláveis pelos eucaliptais que rodeiam a aldeia, os habitantes reuniram em Assembleia de Moradores seis dias depois do incêndio e deliberaram por unanimidade a criação de uma Zona de Proteção da Aldeia (ZPA), uma faixa 100 metros à volta da aldeia sem eucaliptos, e onde serão plantadas espécies autóctones e árvores folhosas com interesse pelos seus frutos, tais como castanheiros e cerejeiras. O ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, aquando da visita em março de 2018 à Ferraria de São João, noticiado pelo DN, considerou que “o projeto de autoproteção é um excelente exemplo”. Embora difícil de replicar este projeto noutras aldeias não é impossível e apoios públicos seriam fundamentais.

## **Medidas práticas: foco na prevenção e diminuição da vulnerabilidade a fenómenos climáticos extremos**

Da cultura arborizada, de desmatagem generalizada e do fogo, à cultura de renaturalização e de reaproximação à Natureza: com um quadro legal ajustado e uma estratégia de comunicação ponderada terá de ser possível de serenar o pânico coletivo e canalizar o esforço da regeneração do país e em círculos virtuosos em que todos ganhem!

**1- Cumprimento de legislação no que diz respeito às restrições à plantação de monoculturas de árvores de crescimento rápido e elevada combustibilidade** (eucalipto e pinheiro), ou eventualmente alargar, nas quais tem de ser promovida a plantação densa de espécies autóctones e espécies folhosas (ou bombeiras), de vários estratos e não apenas árvores para melhor proteção do solo, e consequentemente redução do risco de incêndio.

**2- Abordagem criteriosa no controlo das espécies exóticas com populações que se tornaram invasoras**, nomeadamente na área das faixas de gestão de combustível. Para além de ser desaconselhado o simples corte, uma vez que ao invés de contribuir para o seu controlo, este causa na realidade maiores dificuldades no futuro e consequentemente maiores custos e mão-de-obra, convém reforçar o referido no ponto anterior sobre a necessidade de se aplicarem as melhores práticas de acordo com a(s) espécie(s) em causa e por outro lado, fazer a subsequente cobertura do solo com a vegetação natural para evitar nova invasão caso o solo permaneça desprotegido e disponível.

**3- Criação de corredores ecológicos e a plantação/sementeira de espécies autóctones na maior área possível do território!**

As linhas de água têm de ser preservada e cumprida a legislação aplicável (Lei da Água – lei n.º 58/2005, no seu art.º 33 enumerar as medidas de conservação e reabilitação das linhas de água, a destacar: “*Prevenção e proteção contra os efeitos da erosão; Renaturalização e valorização ambiental e paisagística*”); as bermas e taludes de vias de comunicação, sebes agrícolas, e espaços verdes urbanos... Depois da “grande desmatagem” é preciso preparar o país para a “grande regeneração” com reforço na formação e viveiros e apoio a iniciativas de plantações e sementeiras. De realçar a importância de apoio e estimular a participação da sociedade civil e integrá-la no esforço coletivo em cooperação com as entidades oficiais, como é desejável que aconteça com iniciativas como a “Grande Bolotada Ibérica” <http://lagranbellotadaiberica.org/pt/inicio-2/> , que teve início nesta época 2019/2020, com o objetivo de serem semeadas 25 milhões de bolotas das espécies do género *Quercus*, em toda a Península Ibérica, de 1 de março de 2019 até 1 de março de 2020.

No caso particular da gestão das bermas e taludes de estradas, a cobertura total e permanente com vegetação adequada é essencial para reduzir o esforço desmesurado de permanente controlo de vegetação, sendo de destacar as espécies arbustivas e subarbustivas fundamentais para esse fim, contribuído igualmente para a consolidação dos taludes. Para a implementação desta medida é necessário um forte investimento e a promoção da propagação seminal das espécies autóctones. Para a plantação da maior área possível do território é necessário a existência de plantas... muitas plantas, e de acordo com as especificidades de cada região/habitat. É fundamental criar uma rede de viveiros e capacitar os já existentes, nomeadamente ao nível das autarquias locais, organizações não-governamentais, empresas, escolas e cidadãos em geral. Esta sementeira e plantação tem de

ser densa, para cobertura integral do solo, tal como nos sistemas naturais, pois só deste modo é possível criar o microclima húmido que impede a propagação dos incêndios!

#### **4- Alargar e replicar o conceito de Zona de Proteção da Aldeia (ZPA) a todas as áreas urbanas do país**

Esta é uma oportunidade para incentivar a floresta multifuncional junto dos povoamentos urbanos, que possa não só limitar a progressão dos incêndios, mas sobretudo acrescentar valor ao território e gerar fontes de rendimento aos seus habitantes e assim promover a fixação de população nas zonas rurais. O medo em relação à existência de árvores no perímetro de habitações e povoamentos urbanos terá de dar lugar ao desejo pela maior proximidade à natureza!

#### **5- Estatuto de proteção alargado para o património arbóreo e arbustivo**

A consubstanciar em legislação a criar, servindo como exemplo a Lei 4/2006, de 19 de maio, relativa ao Património Arbóreo Monumental da Comunidade Valenciana.

#### **6- Quadro de incentivos a medidas agroambientais, dignas desse nome, e criar legislação que enquadre novas práticas agrícolas, como a permacultura e agroflorestal**

Promover ativamente soluções para que possa garantir a produção de alimentos com a preservação máxima do solo e a biodiversidade, no atual cenário de alterações climáticas, são motivos suficientemente fortes para não ficarem liminarmente reféns e condicionadas na sua aplicação por parâmetros legais inflexíveis e desconhecedores da nova realidade e das suas potencialidades. Assim, nestes modelos de produção, a espécie eucalipto pode revelar-se importante para uma reabilitação mais rápida do solo, sendo contudo necessário respeitar algumas regras que não tornem esta exceção, uma regra.

#### **7- Redirecionar os apoios às atividades que lucram com o abate de árvores, as limpezas de terrenos e o combate a incêndios**

Tem de ser possível que quem atualmente lucre com estes negócios possa lucrar com a regeneração, sob pena de qualquer esforço nesse sentido ser mais facilmente pervertido pela atividade criminosa que sabemos vigente no nosso país.

#### **8- Da monocultura à policultura**

A monocultura é inimiga dos ecossistemas. Terão de ser avaliadas e implementadas novas estratégias para a produção florestal que contemplem a policultura e o abate fracionado.

**9- Reduzir ignições através do desincentivo, e mesmo a proibição, do uso do fogo, (como fogueiras, queimadas e fogo controlado), e investimento e apoio ao investimento em trituradores de biomassa (como ramos de podas), pelos proprietários florestais, autarquias e cidadãos em geral.** Estas medidas são fundamentais não só para reduzir ignições, mas também para aumentar o sequestro de carbono! Ora, o sequestro de carbono (assim como de muitos outros materiais) é assegurado pela complexa biodiversidade do solo e pela vegetação. Toda a biomassa é imprescindível para ser incorporada no solo. Tanto mais num país com solos pouco férteis como Portugal! Todo o processo de queima agiganta o

problema das alterações climáticas, aumentando o fluxo de carbono (e outros gases) para a atmosfera ao invés de completar o ciclo fixando-o no solo e na vegetação.

## **10- Harmonização de políticas interministeriais e revisão do atual quadro legal, em particular do Decreto-Lei n.º 124/2006 e sucessivas alterações até ao Decreto-Lei n.º 10/2018**

Para além da criação de legislação específica que proteja o património arbóreo e arbustivo monumental, é necessário harmonizar o quadro legal existente, alterando, revogando e criando nova legislação para ultrapassar incongruências e contradições e respeitando a nova visão de uma conceção regenerativa na manutenção do território. Os contributos no âmbito desta consulta pública serão certamente fonte de grande inspiração que ajudará nesse processo de revisão do quadro legal.

## **11- Formação e Eco literacia**

Para esta nova realidade será necessário o reforço na formação em práticas regenerativas, na gestão de crise pós incêndios, na identificação e propagação seminal de espécies autóctones. A dinâmica na sociedade civil, em modelos de gestão com abordagem regenerativa, tem de ser devidamente valorizada e enquadrada nas políticas públicas para facilitar a transmissão do conhecimento e a sua aplicação prática.

## **12- Fiscalização e vigilância:**

A permanência no território ao longo do ano tem de ser promovida reabilitando importantes funções no passado, como os Guardas Florestais e Guardas Rios (cursos de água permanentes e temporários), assim como apoiar iniciativas da sociedade civil e de autarquias, como o projeto Rios da ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental

Esta abordagem configura uma mudança de paradigma na gestão dos espaços públicos, em que o controlo generalizado e não ponderado da vegetação dá lugar a uma maior cooperação com a natureza. Dar mais espaço à natureza e renaturalizar as mais diversas tipologias do território, é o elemento-chave.

## **Notas finais**

A má avaliação do problema dos fogos rurais promove más soluções, e culpar as alterações climáticas e argumentar simplesmente que “tudo arde”, é uma distração das pessoas para as soluções adequadas! É indispensável uma visão integrada (holística), uma boa fundamentação técnica e uma avaliação honesta da situação para uma intervenção ponderada e coerente no território, que por sua vez tem de ser refletida na legislação e sobretudo nas práticas concretas.

Nem tudo é negativo na aplicação do DL 10/2018, ou “lei das limpezas”, e era de facto necessário tomar medidas para minimizar a propagação dos incêndios, Existe ainda muito a fazer, mas paradoxalmente isso veio aumentar a vulnerabilidade do nosso país às alterações climáticas, pela visão refletida na própria lei e pelos abusos praticados. Destruímos há muito a nossa floresta primária... a nossa “Amazónia”... por isso, só nos resta recuperar/rearborizar a maior área possível do território (sebes agrícolas, bermas e taludes de estradas, linhas de

água, ...), com as espécies adequadas, privilegiando as espécies autóctones, e deste modo estaremos a responder à emergência climática: sequestro de carbono, aumento da formação da chuva! A ÁGUA PLANTA-SE!! Com a manutenção de vegetação autóctone natural densa, em especial do estrato arbóreo, estaremos a proteger o território da progressão do fogo e conseqüente a reduzir danos nas pessoas e seus bens, como provam vários casos reportados na sequência dos grandes incêndios de 2017, por isso é necessário replicar pelo país exemplos como o da aldeia da Ferraria de S. João com a criação da ZPA - Zonas de Proteção da Aldeia.

A abordagem sem herbicidas na gestão das áreas urbanas, e outros espaços públicos, concilia-se com este desígnio, e, ao mesmo tempo, permitirá a prazo reduzir custos na sua manutenção e acrescentar valor ao território! A mobilização pela desmatção que ocorreu no nosso país a partir de 2018 demonstra que quando há determinação é possível realizar mudanças significativas, contudo, precisamos agora de transmutar o esforço investido pelas entidades governamentais e fiscalizadoras, autarquias e proprietários e a mobilização alcançada para recuperar as áreas agora disponíveis e cuidar verdadeiramente do território, aprendendo com as lições a reter. Há que aproveitar a situação a nosso favor e quanto mais depressa ajustarmos a estratégia a seguir, menores serão os impactos que todos, direta ou indiretamente, poderemos sofrer.

Que as operações de “cortar, cortar, cortar” ou “queimar” (pelos herbicidas ou pelo fogo controlado) deem lugar a “plantar, semear, cuidar” e surja uma mobilização nacional ainda maior dirigida à regeneração / renaturalização da maior área possível do território! Depois da grande desmatção do país intensificada a partir de 2018 é preciso dar lugar e preparar o país para a grande regeneração!

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2020

A Direção Nacional da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

### **Algumas referências importantes:**

- Liam Mannix, Joshua Whittaker and Katharine Haynes (2019), *In the path of disaster: The big causes of bushfires that most of us are missing*, The Sidney Morning Herald, November 17, 2019, <https://www.smh.com.au/national/in-the-path-of-disaster-the-big-causes-of-bushfires-that-most-of-us-are-missing-20191115-p53b0b.html>
- Jim Steele (2013), *Landscapes & Cycles: An Environmentalist's Journey to Climate Skepticism*
- Adapting to Wildfires on the Urban Edge in Southern California, UCLA, <https://www.youtube.com/watch?v=PBxi9Z2IPmA>
- California authorities investigate spreading wildfires, [RT News](https://www.youtube.com/watch?v=0ydJZUYQ9xY), 01/11/2019, <https://www.youtube.com/watch?v=0ydJZUYQ9xY>
- *Fogos mais tarde, trovoadas e menos ondas de calor. O que esperar do verão*, 04/06/2018, <https://sol.sapo.pt/artigo/614402>

- Enquanto os políticos procuram bodes expiatórios, Ferraria de São João planta árvores contra fogos, Jornal de Leiria, 28 jun 2017, <https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/enquanto-os-politicos-procuram-bodes-expiatorios-ferrarias-p-6719>
- Incêndios: Ministro considera projeto de Ferraria de São João "magnífico exemplo", DN, 24/3/2018, <https://www.dn.pt/lusa/interior/incendios-ministro-considera-projeto-de-ferraria-de-sao-joao-magnifico-exemplo-9211962.html>
- Amigos da Ferraria de S. João: <https://www.facebook.com/ferrariadesaojoao/>
- LEY 4/2006, de 19 de mayo, de la Generalitat, de Patrimonio Arbóreo Monumental de la Comunitat Valenciana, [http://www.dogv.gva.es/portal/ficha\\_disposicion\\_pc.jsp?sig=2845/2006&L=1](http://www.dogv.gva.es/portal/ficha_disposicion_pc.jsp?sig=2845/2006&L=1)
- Peter Wohlleben (2019), *A Sabedoria Secreta da Natureza*, Edição portuguesa: Pergaminho, novembro de 2019